

POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O BRASIL E A FRANÇA

SCHOOL FEEDING POLICIES: A COMPARISON BETWEEN BRAZIL AND FRANCE

Julia Kollé Sylla--Maine¹

Bruno Lopes Silva²

Silvia Helena Galvão de Miranda³

Grupo de Trabalho (GT): GT10. Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo

Resumo

Este artigo compara as políticas nacionais de alimentação escolar no Brasil e na França, analisando sua evolução, funcionamento e desafios. No Brasil, o PNAE garante a merenda universal e fortalece a agricultura familiar, enfrentando desafios orçamentários e logísticos. Na França, o modelo descentralizado prioriza qualidade nutricional e sustentabilidade, mas enfrenta disparidades regionais. A pesquisa destaca a importância da alimentação escolar na segurança alimentar e propõe melhorias para ambos os sistemas.

Palavras-chave: Alimentação escolar; segurança alimentar e nutricional; política pública; política alimentar.

Abstract

This article compares national school feeding policies in Brazil and France, analyzing their evolution, functioning, and challenges. In Brazil, the PNAE ensures universal school meals and strengthens family farming, facing budgetary and logistical challenges. In France, the decentralized model prioritizes nutritional quality and sustainability but struggles with regional disparities. The study highlights the importance of school feeding in food security and proposes improvements for both systems.

Key words: School feeding; food and nutrition security; public policy; food policy.

1. Introdução

A alimentação escolar desempenha um papel essencial no desenvolvimento infantil, contribuindo não apenas para a saúde e nutrição, mas também para o desempenho acadêmico e a equidade social (Santos, 2024; Souza e Sousa, 2023). Diversos países adotam políticas voltadas à oferta de refeições nas escolas públicas. Neste cenário, Brasil e França apresentam modelos distintos de políticas de alimentação escolar, refletindo suas prioridades e desafios específicos.

No Brasil, a institucionalização desse serviço ocorreu especialmente a partir da década de 1940, com a criação de políticas públicas voltadas ao combate da desnutrição infantil. Desde então, o país consolidou um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo (Macedo et al., 2009; Brasil, 2009). Na França, o interesse pela alimentação escolar surgiu no contexto da obrigatoriedade da educação para crianças, estabelecida pelas leis de Jules Ferry na década de 1880. Diferentemente do modelo brasileiro, o sistema francês de cantinas escolares se desenvolveu de forma descentralizada (SNRC, 2021; Le Parisien, 2019). Desde 2017, a França integra o programa europeu School Fruit, Vegetables and Milk Scheme, que distribui gratuitamente alimentos saudáveis nas escolas e promove educação alimentar, alinhando sua política de alimentação escolar às diretrizes agrícolas da União Europeia — diferentemente do modelo brasileiro, mais ligado ao Ministério da Educação.

Diante dessas diferenças e semelhanças, este estudo busca comparar as políticas de alimentação escolar do Brasil e da França, analisando seu surgimento, funcionamento e os debates atuais sobre sua relação com a segurança alimentar e nutricional. Para isso, utiliza-se

¹ Graduanda em Engenharia Agrônoma; ESALQ/Universidade de São Paulo; jsyllamaine@usp.br

² Doutorando em Economia Aplicada; PPGA/ESALQ; Universidade de São Paulo; bruno.lopes@usp.br

³ Professora Titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia/ESALQ; Universidade de São Paulo; shgdmira@usp.br

uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e análise documental. A pesquisa visa contribuir para o debate sobre o aprimoramento dos programas de alimentação escolar, destacando boas práticas e desafios enfrentados em cada país.

2. Metodologia

Este estudo adota abordagem majoritariamente qualitativa. Utiliza análise documental para a compreensão das políticas realizadas nos dois países a partir de documentos institucionais, legislações vigentes e relatórios sobre alimentação escolar no Brasil e na França. Foram analisados artigos acadêmicos e relatórios de organismos institucionais, buscando compreender as diretrizes e implicações das políticas de alimentação escolar no âmbito destas nações.

Para esta pesquisa, foi considerada política nacional de alimentação escolar o conjunto de diretrizes e normativas que regulamentam a oferta de alimentação nas escolas públicas do Brasil e da França, tendo como critério de exclusão as políticas de oferta de alimentação nas universidades. A análise comparativa foi conduzida para identificar padrões, semelhanças e diferenças entre os modelos. As categorias de análise utilizadas foram o surgimento das políticas nacionais de alimentação escolar, o surgimento das políticas, seu funcionamento e as discussões atuais sobre elas.

3. Resultados e Discussão

A política de alimentação escolar no Brasil começou na década de 1940, evoluindo para o PNAE nos anos 1990 e sendo fortalecida pela Lei nº 11.947/2009, que prioriza alimentos saudáveis e apoia a agricultura familiar (Macedo et al., 2009; Brasil, 2009). Na França, as cantinas surgiram no século XIX, ganharam regulamentação com as leis de Jules Ferry e, no século XXI, passaram a seguir diretrizes nutricionais mais rigorosas, como o PNNS de 2001 e a Lei “EGAlim” de 2018 (Le Parisien, 2019; Ministère de la Santé, 2001), como é possível ver no quadro abaixo:

Quadro 1. Políticas de Alimentação Escolar no Brasil e na França.

Aspecto	Brasil	França
Surgimento	O Programa Nacional de Merenda Escolar (PNME) foi instituído em 1955, evoluindo para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos anos 1990. Inicialmente focado em combater a desnutrição infantil, tornou-se uma política pública universal.	As primeiras iniciativas surgiram no século XIX, com forte influência assistencialista. Em 1880, as leis de Jules Ferry impulsionaram a alimentação escolar ao tornar a educação obrigatória.
Evolução	A Lei nº 11.947/2009 estabeleceu diretrizes para uma alimentação escolar mais saudável, incluindo educação alimentar no currículo e incentivo à agricultura familiar. O programa se expandiu para garantir a segurança alimentar.	Em 1951, a UNESCO recomendou a inclusão de cantinas nas escolas. Nos anos 1970, houve regulamentação nutricional e terceirização da gestão das cantinas. Em 2001, o Programa Nacional de Nutrição e Saúde (PNNS) definiu normas alimentares mais rigorosas.

Funcionamento	O PNAE atinge cerca de 40 milhões de estudantes e fornece 50 milhões de refeições diárias. É financiado pelo FNDE e administrado por estados e municípios, exigindo pelo menos 30% dos recursos para aquisição de produtos da agricultura familiar. Os cardápios são elaborados por nutricionistas que seguem o Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde. Alimentos orgânicos e minimamente processados devem ser priorizados, alinhando com a sustentabilidade e segurança alimentar.	A alimentação escolar é descentralizada: prefeituras gerenciam cantinas em escolas primárias, enquanto departamentos e regiões cuidam dos colégios e liceus. A Lei EGAlim (2018) estabeleceu que 50% dos produtos devem ser sustentáveis e 20% orgânicos.
Objetivos	Universalização da alimentação escolar, segurança alimentar, redução da desigualdade social e fortalecimento da economia local por meio da agricultura familiar.	Qualidade nutricional, sustentabilidade, inclusão social e redução do desperdício alimentar.
Desafios Atuais	Dificuldades na implementação da compra de produtos da agricultura familiar, defasagem orçamentária, aumento do consumo de ultraprocessados, impacto da terceirização na universalidade do programa. O FNDE paga uma parte. Os recursos dos Estados e prefeituras são majoritários, comumente. A alocação dos recursos federais não permite gastos com custeio.	Disparidades regionais na implementação das diretrizes sustentáveis, desafios logísticos na aquisição de produtos orgânicos, equilíbrio entre custo e qualidade nutricional.
Perspectivas	Fortalecimento da segurança alimentar, incentivo a hortas escolares, melhora na infraestrutura logística da distribuição de alimentos, redução de alimentos ultraprocessados. Resgate de produtos agrícolas regionais e tradicionais através da agricultura familiar e produtores locais. Equacionar a questão logística e a dificuldade de escalar a produção de agricultores que não conseguem atender.	Expansão da oferta de alimentos orgânicos, combate ao desperdício alimentar, ampliação das cantinas gratuitas para populações vulneráveis.

Fonte: Elaboração dos autores.

Por outro lado, a França se destaca na regulamentação da alimentação escolar, estabelecendo normas detalhadas na elaboração dos cardápios, com relevante incentivo aos produtos orgânicos. A própria Lei EGAlim reforça esse compromisso através da exigência de que metade dos produtos utilizados no preparo dos alimentos sejam sustentáveis. Mas apesar dessas diretrizes avançadas, a implementação também enfrenta desafios, principalmente em pequenos municípios que possuem menos recursos para cumprir as exigências.

O financiamento do PNAE no Brasil é suplementado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com repasses para estados e municípios (Brasil, 2009), enquanto o modelo francês é ainda mais descentralizado,⁴ garantindo maior autonomia local, mas com possíveis disparidades regionais (France, 2025). A merenda escolar é essencial no combate à insegurança alimentar, sendo universal no Brasil e subsidiada para crianças vulneráveis na França. Um desafio comum é a redução do consumo de ultraprocessados, equilibrando qualidade e custos. Enquanto o Brasil enfrenta perda do poder de compra dos recursos alocados para o PNAE, a França busca melhorar as refeições sem elevar gastos. O futuro das políticas de alimentação escolar dependerá de investimentos e melhorias na gestão, com o Brasil apostando em hortas escolares e agricultura familiar, enquanto a França, na ampliação de alimentos orgânicos e na redução do desperdício alimentar.

⁴ Na França, os recursos são locais

4. Considerações finais

As políticas de alimentação escolar no Brasil e na França demonstram a importância da merenda como ferramenta de promoção da saúde, combate à insegurança alimentar e apoio ao desenvolvimento estudantil. No Brasil, o PNAE se consolidou como um programa universal e essencial, especialmente diante do agravamento da fome no país, enquanto na França o foco tem sido garantir equidade no acesso à alimentação e melhorar a qualidade nutricional sem elevar custos. Apesar das diferenças nos modelos de financiamento e gestão, ambos os países enfrentam desafios comuns, como a redução do consumo de ultraprocessados e a busca por maior sustentabilidade na oferta de refeições escolares.

A análise comparativa foi baseada principalmente em políticas e diretrizes institucionais, podendo ser aprofundada com estudos empíricos sobre a efetividade dessas políticas na prática. Além disso, a influência de fatores externos, como crises econômicas e mudanças políticas, pode afetar a continuidade e o alcance dos programas, o que demanda análises mais dinâmicas e de longo prazo. Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos qualitativos e quantitativos sobre a aceitação e os impactos nutricionais das refeições oferecidas em ambos os países, além da análise de experiências locais inovadoras que possam inspirar melhorias nos programas nacionais. Também seria relevante investigar o papel da alimentação escolar na formação de hábitos alimentares saudáveis ao longo da vida e sua relação com o desempenho acadêmico dos estudantes.

Referências

FRANCE. Ministère de l'Éducation Nationale et de la Jeunesse. **La restauration scolaire**. Paris: MENJ, 2024. Disponível em:

<https://www.education.gouv.fr/la-restauration-scolaire-6254>. Acesso em: 1 abr. 2025.

EUROPEAN COMMISSION. **School fruit, vegetables and milk scheme – France**. Brussels: European Commission – Agriculture and rural development, 2024. Disponível em:

https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy/market-measures/school-fruit-vegetables-and-milk-scheme/country/france_en. Acesso em: 1 abr. 2025.

MACEDO, Dione Chaves et al. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Revista Simbiologias**, v. 2, n. 3, 2009.

MINISTÈRE DE LA SANTÉ. **Programme National Nutrition Santé (PNNS)**, 2001.

Disponível em: <https://sante.gouv.fr/IMG/pdf/1n1.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2025.

SANTOS, Elineide Ferreira dos. **A influência da alimentação escolar no desenvolvimento educacional das crianças**. 2024. 16f. Artigo Científico(Pedagogia) - Universidade Estadual de Goiás, Campos Belos, 2024.

SOUZA, L. B. P.; SOUSA, N. H. de. Nutrição escolar: promovendo a igualdade e o desenvolvimento infantil por meio da alimentação saudável. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 9, p. 1090–1100, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i9.11250>.

SNRC – Syndicat National de la Restauration Collective. **La restauration collective en France : chiffres-clés et enjeux**. Paris, 2021. Disponível em:

<https://www.snrc.fr/wp-content/uploads/2021/11/SNRC-Brochure.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.